Estudo considera consequências da Covid-19 para o desenvolvimento sustentável

Aumento do desmatamento e de invasão de terras indígenas e protegidas são algumas das consequências que estão intimamente conectadas ao desemprego provocado pela pandemia.

Por Gláucia Pérez

Editora Susana Oliveira Dias

O artigo *"COVID-19: impactos en el medio ambiente y en el cumplimiento de los ODS en América Latina"*, publicado na *Revista Desarollo y Sociedad* em 2020, investiga os efeitos possíveis da pandemia do Covid-19 na América Latina. Foram observados os efeitos ambientais iniciais que possivelmente repercutirão na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o artigo, é importante ressaltar que cada país na América Latina seguiu normas e estratégias próprias para conter a propagação do vírus em seus territórios. No geral, a pandemia teve um efeito forte na economia de todos os países da região, com diminuição do PIB no ano de 2020.

Nesse artigo são discutidos os efeitos das regulamentações ambientais, e as possíveis intervenções públicas. A princípio os autores verificaram que houve impacto negativo da pandemia nos seguintes ODS (Objetivos do desenvolvimento sustentável): fim da pobreza; fome zero; saúde e bem-estar; igualdade de gênero; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades.

A constatação que a contaminação do ar interfere na saúde da população tornando-a mais vulnerável a doenças, inclusive o vírus Sars-cov-2, teve impacto em alguns objetivos da ODS associados à saúde e bem-estar; energia limpa e acessível; cidades e comunidades sustentáveis; e ação contra a mudança global do clima. Para alterar esse quadro, o estudo sugere a necessidade de reduzir substancialmente o número de mortes e enfermidades produzidas pela contaminação do ar, assegurar o acesso a energias acessíveis, confiáveis, sustentáveis e modernas para todos, assegurar cidades e comunidades sustentáveis e tomar medidas orientadas a combater as mudanças climáticas e os seus efeitos.

O artigo lembra que as florestas são essenciais para a preservação da biodiversidade e a regulação do clima e que a falta de fiscalização durante a pandemia tem tido efeitos negativos na cobertura florestal aumentando o desmatamento. "De acordo com dados do Inpe o primeiro trimestre de 2020 já mostrava

um aumento de 50% no número de hectares de desmatamento comparado com as estatísticas do ano anterior. As cifras de abril de 2020 reforçam essa tendência com um aumento de 64% em relação a abril de 2019. De janeiro a abril de 2020, os alertas de desmatamento em territórios indígenas aumentaram 59% ao comparar com o mesmo período do ano anterior", informam os pesquisadores. A ausência de monitoramento ambiental durante a pandemia parece ter incentivado as atividades de grupos armados e máfias regionais, aumentando o desmatamento e intensificando atividades ilegais, tais como a mineração ilegal, apropriação de terras e cultivos ilícitos.

A propagação do vírus Covid-19 e o impacto da pandemia nas comunidades dos povos originários é uma grande preocupação em termos de desenvolvimento sustentável. A mineração e os madeireiros ilegais estão invadindo as comunidades indígenas e colocando em risco a saúde dos povos dessas comunidades. Uma situação que poderá ter consequências severas dado a deficiência dos hospitais e serviços de saúde na região. O estudo acrescenta ainda que políticas diferenciadas para atender as populações étnicas da região são de extrema urgência e necessidade.

Segundo o estudo, devido ao Covid-19 o turismo foi afetado em toda a América Latina. A perda de trabalho no setor poderá levar os trabalhadores desempregados a buscar fontes de rendas alternativas dentro das florestas, aumentando, por exemplo, a mineração dentro das áreas protegidas.

Com o propósito de financiar medidas para reduzir os impactos econômicos e sociais da pandemia, alguns países têm decidido realocar verbas dentro da administração pública. Apesar de não haver ainda indícios de que os países estão relaxando as regulamentações ambientais para promover o crescimento, os autores ressaltam que essa é uma possibilidade. Além disso, destacam que, provavelmente, os países da AL terão déficits fiscais e aumentarão suas dívidas para enfrentar a crise, o que consequentemente impactaria no crescimento econômico, em avanços sociais, erradicação da pobreza, e no meio ambiente a médio prazo; não tendo recursos financeiros suficientes para avançar nas metas ambientais dos seguintes ODS: ação contra a mudança global do clima; vida na água; e vida terrestre; entre outros.

O estudo destaca que nesse momento seria importante considerar a cooperação regional e implementar políticas para enfrentar a crise econômica, as mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Destacam, ainda, que os impactos distributivos e de gênero na pandemia, assim como as consequentes respostas da política ambiental, merecem atenção, em especial porque existem evidências que os segmentos das populações mais vulneráveis da região são os que estão sendo mais severamente afetados pela pandemia.

O impacto econômico e as respostas governamentais para atender a crise sanitária afetarão a viabilidade de alcançar os ODS. O monitoramento e avaliação a respeito do cumprimento da agenda do

desenvolvimento sustentável, e as dificuldades para alcançar as alternativas das políticas constituem uma importante área de investigação futura para a região da América Latina.

Participaram como autores desse artigo: Alejandro López-Feldman, Carlos Chávez, María Alejandra Vélez, Hernán Bejarano, Ariaster B. Chimeli, José Féres, Juan Robalino, Rodrigo Salcedo, César Viteri

Gláucia Pérez é bolsista TT Fapesp no projeto INCT-Mudanças Climáticas Fase 2 financiado pelo CNPq projeto 465501/2014-1, FAPESP projeto 2014/50848-9 e CAPES projeto 16/2014, sob orientação de Susana Dias e Antonio Carlos Amorim.

Coletivo e grupo de Pesquisa | multiTÃO: prolifer-artes sub-vertendo ciências, educações e comunicações (CNPq)

Projetos | Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas (INCT-MC) – (Chamada MCTI/CNPq/Capes/FAPs nº 16/2014/Processo Fapesp: 2014/50848-9); Revista ClimaCom: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/ e Revista ClimaCom.